

TRIBUNAL TIRADENTES III CONDENA TEXTO DA LEI DE ANISTIA

Foi uma noite para se recordar a PUC-SP que existiu há alguns anos. Uma PUC-SP que pensava em seu compromisso com a sociedade e com as lutas populares. Bem diferente da PUC-SP atual que se elitizou de maneira violenta, persegue e pune seus professores e estudantes e penaliza com uma avaliação esdrúxula seu corpo docente.

Na terça-feira, 18/3, o Tribunal Tiradentes III julgou e condenou o parágrafo 1º do artigo 1º da Lei nº 6683, de 28/9/1979 - a chamada Lei de Anistia. O texto citado inclui na anistia concedida pelo executivo aqueles que torturaram e assassinaram os cidadãos brasileiros envolvidos na luta contra a ditadura militar (1964-1985).

Para tanto a Comissão da Verdade Nadir Gouveia Kfourri da PUC-SP, juntamente com a Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva e uma série de outras entidades, montou um evento simulando um júri popular, onde foi julgada a Lei de Anistia. O ato foi presidido pelo jornalista Juca Kfourri, sobrinho da ex-reitora da PUC-SP Nadir Kfourri. A acusação da Lei coube ao jurista Fabio Konder Comparato, enquanto a sua defesa ficou a cargo do desembargador e professor da PUC-SP Antonio Carlos Malheiros. Como testemunhas de acusação figuraram Marlon Weichert, Amelinha Telles, Rogerio Sotilli, Adriano Diogo, Luiza Erundina. O corpo de jurados foi composto por Aton Fon Filho, representando o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra; Virginia Barros, presidente da UNE; Mario Sergio Duarte, pela OAB; Expedito Solanei, da

CUT; Antonio Funari, pela Comissão de Justiça e Paz; e Sergio Mambert, representando a classe teatral.

A abertura do evento ficou a cargo da professora Rosalina Santa Cruz, do curso de Serviço Social, que sempre militou nos movimentos contra o regime de 64 e teve seu irmão, Fernando Santa Cruz, brutalmente assassinado pela repressão que se instalou no país.

Antes do início dos trabalhos o advogado Luiz Eduardo Greenhalg relatou o Tribunal Tiradentes I, realizado em 1983, que condenou a Lei de Segurança Nacional. A seguir detalhou o Tribunal Tiradentes II que condenou o Colégio Eleitoral que elegeu, em 1984, a dupla Tancredo Neves e José Sarney. Para o advogado, ao completarem-se 50 anos do golpe militar não deve persistir uma lei que beneficia os torturadores, isentando-os de culpa pela morte e tortura de tantos brasileiros.

TESTEMUNHAS DE ACUSAÇÃO

Logo de início foram ouvidas as testemunhas de acusação. Foram depoimentos emocionados de pessoas que participaram da resistência ao regime.

Amelinha Telles, que falou re-



FOTOS ACI-PUC-SP



Alguns momentos do Tribunal: Acima a plateia que lotou o Tuca; abaixo à esq., a bancada de jurados; ao centro Luiza Erundina e Sergio Mambert; à esq. Juca Kfourri

presentando as famílias dos mortos e desaparecidos políticos, foi presa juntamente com seu marido nos anos 70, sendo torturada pelo então major Carlos Alberto Brilhante Ustra. Para ela, o sofrimento das famílias que perderam seus entes queridos não pode ser esquecido. A Anistia foi parcial porque não se aplica aos comba-

tentes da luta armada. Rogerio Sotilli, secretário de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura de São Paulo, lembrou que 20% das mortes da ditadura aconteceram em São Paulo.

Aplaudida insistentemente

continua na próxima página

**EM RECURSO AO CONSUN, APROPUC
PEDE ARQUIVAMENTO DO PROCESSO
CONTRA A SUA DIRETORA BIA ABRAMIDES**

continuação da página anterior

pela plateia, a deputada federal e ex-professora da PUC-SP Luiza Erundina lembrou que, logo após a condenação da Lei de Anistia pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, entrou na Câmara Federal com um projeto que modificava a Lei de Anistia. A proposta foi bombardeada por vários deputados nas comissões prévias à sua entrada em votação, tendo, inclusive, sido questionada por deputados que sofreram tortura no regime militar. A deputada afirmou, porém, que não desiste da tramitação do projeto, pois "a Lei 6683 é manca e beneficia os agentes do Estado que cometeram diversas atrocidades".

O deputado estadual Adriano Diogo, em um discurso enfático, afirmou que concordar com a Lei de Anistia é concordar com todos os crimes que ainda hoje são praticados como o caso de Cláudia Ferreira da Silva, no Rio de Janeiro, que teve seu corpo arrastado por uma viatura da PM, é concordar com os disparates proferidos pela mídia brasileira.

DEFESA DA LEI

A seguir o desembargador Antonio Malheiros defendeu a manutenção da redação da Lei, tal qual ela se apresenta hoje. Juca Kfourri lembrou que Malheiros, anteriormente, já havia atuado como ator e não foi de outra ma-

neira que o advogado externou sua posição. Para ele não seria possível uma mudança na lei porque tal alteração poderia trazer uma enorme insegurança jurídica que afetaria inclusive aqueles militantes que já se beneficiaram de seu conteúdo. Referindo-se aos torturadores, Malheiros pediu: "Vamos deixar estes velhos carcomidos em paz, morrendo vivos".

Já a acusação foi feita por um dos grandes batalhadores dos Direitos Humanos, o jurista Fábio Konder Comparato. Para justificar sua atitude Comparato lembrou de alguns episódios que marcaram a tortura durante os anos 60/70. Entre eles estavam a formação do DOI-Codi, em São Paulo, onde passaram mais de 500 militantes; a Casa da Morte, em Petrópolis; A Guerrilha do Araguaia, onde foram assassinados e queimados mais de 60 guerrilheiros; a Operação Condor, que juntava os aparatos repressivos de diversos países da América Latina.

Fábio lembrou o papel de grande parte do empresariado Nacional que se juntou aos militares, financiando a repressão, como foi o caso da Oban. E a grande mídia, representada fundamentalmente pela Rede Globo que, nos anos 60 contava apenas com quatro afiliadas e depois do apoio à repressão formou o seu grandioso império comunicacional.

VEREDITO DOS JURADOS

Os jurados, pronunciando os

seus votos, foram unânimes em condenar a atual redação da Lei de Anistia. Em discurso contundente o advogado Aton Fon Filho propôs não só a condenação do texto de lei como a saída através de uma nova Constituinte soberana. A presidente da UNE, Virginia Barros, também arrancou aplausos da plateia ao justificar a posição dos estudantes contrária à Lei que preserva de punição aqueles que massacraram o movimento estudantil a partir de 1964.

Terminadas as falas dos jurados, Juca Kfourri leu a sentença condenatória, que deixa claro que os agentes de Estado responsáveis pela tortura e morte durante o regime militar não podem ser absolvidos (leia íntegra do texto nesta página).

Cópias do texto foram entregues a Maria Rita Khell que encaminhará o documento à Comissão Nacional da Verdade e ao padre Julio Lancellotti, que levará a carta até o Papa Francisco.

III Tribunal Tiradentes

Sentença

O III Tribunal Tiradentes, instalado em São Paulo, em 18/3, para julgar, perante a consciência ética, a Lei 6683 de 28 de agosto de 1979, após ouvir os depoimentos testemunhais, a acusação e a defesa, julga em nome do povo brasileiro como responsáveis pela prática de terrorismo de Estado, durante o regime político vigente no país entre 1964 e 1985, não podendo, nesta situação, beneficiar-se da Anistia:

1- todos os autores de crimes contra a humanidade, tais como homicídio, tortura, estupro, sequestro, desaparecimento forçado, ocultação e destruição de cadáveres de opositores políticos;

2- todos os agentes públicos que auxiliaram os autores de tais crimes, como médicos, e enfermeiros;

3- todos agentes estatais mandantes de tais crimes;

4- todos os que colaboraram, no Brasil e no exterior, na montagem do mencionado sistema de terrorismo de Estado, ou apoiaram o seu funcionamento por ação ou omissão;

5- todos os que, dentro e fora do governo, prepararam e concluíram o pacto de auto anistia dos crimes de terrorismo de Estado, consubstanciado na Lei 6683 de 28 de agosto de 1979;

6- todos os chefes e integrantes dos órgãos públicos da união Federal, que persistem em descumprir os pontos decisórios da sentença condenatória do Estado Brasileiro proferida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, ao julgar o caso *Gomes Lund e outros v. Brasil* ("Guerrilha do Araguaia")

Comissão da Verdade PUC-SP
Reitora Nadir Gouvêa Kfourri

50 anos do golpe militar é tema de debate na PUC-SP

Na quarta-feira, 19/3, pela manhã, os jornalistas Alípio Freire e Rose Nogueira estiveram no auditório 239 da PUC-SP, em evento sobre os 50 anos do golpe militar no Brasil. O debate foi idealizado pelos professores Hamilton Octavio de Souza, Elias Novelino e Marcos Cripa, e contou com o apoio do Movimento de Fortalecimento do Curso de Jornalismo da PUC-SP.

Tanto Alípio como Rose atuam no resgate da verdade, memória e justiça com relação aos crimes da ditadura e militam há décadas por respeito aos direitos humanos. Ambos os jornalistas trouxeram experiências de quem

combateu ferrenhamente durante os anos de chumbo, sendo presos e torturados, e enxergam até hoje as heranças do período ditatorial militar no Brasil. Além disso, eles também fizeram uma avaliação do andamento das comissões estaduais e nacional da verdade, memória e justiça.

Rose Nogueira, que militou na ALN, contou suas histórias sobre o período. "As pessoas me perguntam se eu tenho alguma sequelha da ditadura. Eu tenho sim: nunca mais pude ter filhos", conta Rose, que acabara de ser mãe quando encarcerada, em 1969, no presídio Tiradentes, e tinha os seios cheios de leite enquanto era

torturada. Ela também falou sobre as primeiras mortes no DOI-Codi, de amigos e companheiros, e de Mariquela, grande liderança contra a ditadura no Brasil. Ao final, Rose se emocionou ao falar da escolha de não exilar-se e permanecer no país. Segundo ela, a vontade era ficar no Brasil, lutar contra a ditadura e criar seus filhos no território brasileiro.

Já Alípio Freire foi buscar os motivos e o projeto de país que fizeram os militares, e mesmo uma parte da burguesia brasileira, darem o golpe. Ele resgatou o governo de João Goulart, o Jango, então presidente deposto em 1964, que se identificava com

bandeiras populares, como a reforma agrária. Além disso, o jornalista também falou sobre o papel que cumpriu a mídia no período e sobre as características violentas do regime ditatorial. Para fechar, Freire falou sobre a redemocratização e o legado da ditadura para os dias atuais e destacou a importância de recuperar a verdade histórica.

O golpe militar no Brasil foi dado no dia 1º de abril de 1964, data que se aproxima com o fim de março e que deve gerar uma série de produções de toda ordem sobre o tema. Um dos principais tabus da história recente, que aos poucos começa a ser desvendado.

No Consun APROPUC pede arquivamento de processo contra Bia Abramides

A Associação dos Professores da PUC-SP - APROPUC impetrou recurso junto ao Conselho Universitário, Consun em favor do arquivamento do processo movido contra sua diretora Bia Abramides e nulidade da pena imposta. Em função do acompanhamento da professora no ato dos estudantes que se contratapunha à realização do Consun de fevereiro de 2013, a reitoria nomeada abriu um processo administrativo contra Bia Abramides, de cunho nitidamente político.

A reitora, após tomar ciência do desenvolvimento do processo, optou por condenar a professora Bia a uma pena de advertência formal, que constará em seu prontuário. Essa decisão foi tomada mesmo tendo-se em conta que dois dos três membros da Comissão, analisando as provas, encaminharam pelo arquivamento do processo.

Dessa maneira a APROPUC entrou formalmente com um recurso dirigido ao Consun pedindo o arquivamento do processo e nulidade da pena.

A sessão ordinária de março do Conselho Uni-

versitário acontece nesta quarta-feira, 26/3.

A APROPUC e o jornal **PUCViva** continuaram a receber mensagens de solidariedade à professora. A seguir reproduzimos alguns nomes dessas pessoas e entidades:

Elisa Brisola-PROF UNITAU; Eduardo Luis Couto; Sabrina Franco da Rocha-Assistente Social PUCSP; Márcia Silva; Marlene Teixeira Rodrigues-Prof UNB; Dan Borsatto de Lima; Sheilla Nadíria Rocha; Vanessa Maria Felletti; Carla Pessôa; Thiago Oliveira Rodrigues; Charles Travezani de Jesus; Ana Cristina; Marcelo Gallo-Prof FMU-CRESS SP; Cinthia Borges da Silva; Flávio Rodrigo; Bruna Knutsen; Marques Rodrigues; Luana Braga; Viviane Souza Pereira; Daniela Barbom-Assistente Social-CRESS Araçatuba; Maria Conceição Silva; Fátima Fatinha Teles; Anjinha Silva; Patricia Little; Natalia Figueiredo; Lissa Chrisnara; Maria Inez Marques; André Pádua; Deocleciana Ferreira; Márcia Carvalho; Claudio Horst; Pedro Osmar Flores; Matheus Thomaz; Marcos Roberto Castro; Renata Oliveira; Flávia Bor-

ba; Paula Leão; Josy Carvalho; Dudu Theo; Francisco Pedro; Priscila Talita; Amanda Gaipo; Juliana Fiuza Cislighi; Emanuela Brito; Jussara Dias; Valde-ri Teles; Maya Paulo Medeiros; Sther Cunha; Fabio Gaviraghi; Marcillio Cassiano; Ana Paula Silveira Morais Vasconcelos; Keli-na Saldanha; Agsa Gaige; Moisés Souza; Isabela Gibran; Kelry Dantas; Maiara Santos; Iza Maria; Renata Teixeira Tobaldini; Melissa Botelho de Oliveira; Monica Cristina Alves; Rizete Costa Costa; Geovana Pereira-Cilda Batista de Carvalho; Regina Moreira; Hellen S. Santana Carneiro; Fernanda E Julio Dias; Cassia Maria Oliveira; Jonatas Valle; Marinês Coral; Nathália Lopes Caldeira Brant; Camila Cechinel da Silva; Israild Giacometti; Danilo Lima; Louise Pazi-

natto; Fred Tavares; Polyana Prado; Paula Bonfim; Juliana Santana; Stella Mary Garcia; Klaiton Kau Felisburgo; Ana Maria Ribeiro; Caroline Zanatta; Ronaldo Frazao; Lílian Gomes Melo; Wallace Gomes; Dai-ana Carvalho; Analice Dantas Santos; Vitor Hungaro; Igor Guimarães Sitcovsky; Cecília Sousa; Mariana Frizieiro; Márcia Santana Silva; Tatiana Medeiros; Marinita Araújo; Nelson Viana; Thiago Kibça; Dilma Franclin; Carolina Barros; Fátima Guedes; Luciana N. Simião; Ana Carolina Rocha; Ana Vieira; Wanderley Pedrosa; José de Miranda; Marcia Godoy Marks; Valdir Nascim; Berrocal E. Margot; Renata Maria Souza; Camila Arinella de Brito; Elcio Snowden; Ana Lucia Martins Kamimura; Martha Fortuna- CRESS RJ

REUNIÃO

APROPUC ESTUDANTES

27/3

QUINTA-FEIRA

18h - Sede da APROPUC

Processo contra a professora Bia Abramides

PUCViva

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Editor: Valdir Mengardo

Reportagem: Roberto Oliveira, Marina D'Aquino e Anna Gabriela Coelho

Fotografia: Marina D'Aquino

Projeto Gráfico, Edição de Arte e

Editoração: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

Conselho Editorial: Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Priscilla Cornalbas e Victoria C. Weischtorat

Apropuc: Rua Bartira 407 - CEP: 05009-000 - Fone: 3872-2685.

Afapuc: João Ramalho 182, 7º andar - Fone: 3670-3391.

PUCViva: 3670-3391 - Correio Eletrônico: pucviva.jornal@uol.com.br - PUCViva na Internet: www.apropucsp.org.br

As matérias assinadas não expressam necessariamente as posições das entidades e da redação.

As toupeiras e a crise do curso de jornalismo

Como uma universidade presumidamente comunitária e democrática se embrenhou no mercantilismo, na elitização, no faroeste acadêmico e na mais cínica segregação.

Hamilton Octavio de Souza

Atribuir uma situação de crise ao curso de Jornalismo significa considerar que o curso, que existe desde 1978, há mais de 35 anos, e que se encontrava em boa condição de funcionamento, está no atual momento com essa condição alterada e, negativamente, corre sério risco de deixar de cumprir o papel para o qual foi criado e, até mesmo, entrar em declínio irreversível e desaparecer - na mesma toada do que aconteceu com outros cursos da PUC-SP nos últimos anos.

Nesses termos, então, quais são os sinais mais evidentes da crise? O mais forte sinal é a perda de alunos, tanto na dificuldade para preenchimento das vagas oferecidas no vestibular quanto no aumento da evasão de alunos matriculados nas demais séries do curso. Agora em 2014 esses fatos bateram mais fortes e acenderam a luz vermelha do curso, de tal maneira a exigir uma boa análise da situação e o imediato enfrentamento dos problemas.

A perda de alunos ocorre porque o conceito público do curso, interno e externo, é ruim? Ou porque o curso deixou de ter boa inserção na atividade jornalística profissional e militante? Não, nada disso, pelo menos até o presente momento. A perda de alunos ocorre por três motivos elementares:

1) O preço da anuidade (mensalidades) cobrado pela PUC-SP limita cada vez mais o acesso para boa parte das famílias de classe média.

2) O aumento da concorrência de outros cursos de Jornalismo com nível de ensino semelhante ao da PUC-SP e em condição de infraestrutura física melhor do que a oferecida na PUC-SP, tira alunos da PUC-SP. Tanto é que a concorrência direta fortaleceu sua posição no ingresso de alunos.

3) A contínua redução dos

vários tipos de bolsas de estudo, em especial as da Fundação São Paulo, tem impedido o acesso dos filhos das famílias de menor renda e dos jovens trabalhadores que custeiam o próprio ensino.

Em toda instituição privada o ingresso de alunos é sempre a questão chave no sucesso ou fracasso de um curso. Essa é a lógica da mercantilização do ensino. Dificilmente um curso com ingresso menor de alunos do que as vagas oferecidas consegue sobreviver, e menos ainda tem condições de manter uma boa qualidade com professores bem remunerados, com manutenção e atualização de laboratórios e equipamentos. O esvaziamento de alunos desencadeia o definhamento e sucateamento do curso, já que receita e despesa são determinantes nas instituições privadas. A maioria dos cursos da Fafica sabe muito bem o que isso significa. A PUC-SP inteira está perdendo quase mil alunos por ano: já teve 22 mil na graduação e agora tem pouco mais de 14 mil.

Qual a solução? Em primeiro lugar, no caso do curso de Jornalismo, é a imediata redução da anuidade, de tal maneira que a barreira econômica seja menos incisiva. Em segundo lugar, a ampliação das bolsas de estudo da própria instituição ou financiadas pelos governos e por empresas privadas. Em terceiro lugar, desenvolver uma atuação forte na conquista de novos alunos, seja com ações diretas no ensino médio e nos cursinhos vestibulares, seja com ações dos atuais alunos da graduação na atração de novos alunos e seja com ações próprias do marketing e da publicidade. Não existe milagre, apenas muito trabalho. Também não existe outro caminho para reverter a curva do declínio.

Faroeste

Após a violenta demissão massiva em 2005 e 2006, acom-

panhada da brutal "maximização" dos contratos de trabalho dos professores, o que aconteceu em vários cursos da PUC-SP foi o acirramento das disputas internas para a preservação de contratos; muitos professores se jogaram de cabeça para ocupar espaços de seus colegas; a luta pela sobrevivência na nova selva estimulou o tiroteio generalizado dentro da Universidade, no qual o desapego inicial atingiu em cheio o grau de civilização, o respeito profissional, o companheirismo e a ética.

Nesse ambiente de vale-tudo, a titulação acadêmica, que até então diferenciava os salários, mas não a limitação de direitos no plano da atuação profissional, passou a ser instrumento de acelerada segregação, na medida em que as mais diferentes atividades, funções, tarefas e encargos acadêmicos e administrativos deixaram de ser regidos pela atuação e dedicação de cada um e passaram a obedecer a critérios de exclusão conforme a escala da titulação.

Com a imposição de novas regras sobre quem pode ocupar cargos de gestão (chefia de departamento, coordenação de curso, direção de faculdade), mandatos nos colegiados, orientação de projetos, coordenações variadas e até mesmo na escolha das aulas, a PUC-SP consolidou a existência de professores com plenos direitos e de professores sem direitos, o que não deixa de ser, de um lado, uma reserva burocrática para uns, e de outro, uma segregação que acaba com aquele valor fundamental que marcou a antiga instituição, que era o respeito à equidade, ou seja, à prevalência da igualdade de oportunidades e de direitos para todos.

Essa mudança de valores está presente na crise geral da PUC-SP e na crise específica do Jornalismo, curso que resistiu durante anos sem embarcar nas delinquências acadêmicas da Universidade (em memória ao

inesquecível Maurício Tragtenberg, patrono da Agência Online do Jornalismo), mas que acabou se rendendo ao ambiente dominante que propicia, entre tantas aberrações, o afloramento das mediocridades. Deliberadamente, de cima para baixo, uma casta interessada na própria preservação planejou jogar o grosso do corpo docente na mais aguerrida desagregação, numa corrida fisiológica por títulos, privilégios e todos os tipos de penduricalhos cartoriais, enquanto condenava outra parte do professorado ao valo comum de categoria inferior.

O massacre da serra elétrica só não trucidou de vez com os de baixo porque os salários da elite pesam muito mais nas planilhas de custo, o que cria uma contradição econômica favorável aos sem direitos e aos novos superexplorados com contratos de horistas. Como fazer a eliminação dos carregadores de piano se os salários dos privilegiados custam três ou quatro vezes mais para a instituição? Já que não dá para cortar da própria carne na casta dominante e seria contra-producente enxugar na base da pirâmide, o alvo, ao que tudo indica, será mesmo no campo intermediário, onde se encontra a maioria do professorado.

Burocracia

O que um curso deve valorizar acima de tudo, uma boa aula ou o currículo Lattes atualizado do professor? Qualquer cidadão, estudante e professor com nível médio de consciência não teria dúvida em responder que é recomendável valorizar uma boa aula. Mas então fica a pergunta: por que os burocratas de plantão na PUC-SP estão mais empenhados na exigência do currículo Lattes

continuação da página anterior

do que numa boa aula? Não se trata, nesse caso, de uma inversão de valores típica de uma Universidade em crise?

Se avançarmos por aí vamos deparar com dezenas ou centenas de resoluções - das várias instâncias - que se preocupam com normas, regras, exigências e determinações totalmente secundárias, irrelevantes, distantes e alheias ao processo ensino-aprendizagem e ao que realmente deveria importar numa Universidade de primeira linha - para que ela seja realmente fértil na construção e socialização do conhecimento.

Esse sinal da crise tem a ver com o debate que se trava em relação ao TCC do Jornalismo. Há mais de 15 anos, pelo menos, que os professores que orientam os Trabalhos de Conclusão de Curso construíram um sistema próprio, aperfeiçoado rotineira e permanentemente, de orientação e produção desses trabalhos, os quais ganharam um nível de excelência bastante alto, se comparado com o que se fazia anteriormente no próprio curso e também no que é feito em outros cursos de Jornalismo.

No entanto, a burocracia da Universidade, através de um órgão recém-criado e "humildemente" denominado de Núcleo Docente Estruturante (poderia ser Grande Irmão ou Farol da Humanidade, tanto faz), decidiu baixar e implantar uma regulamentação para os TCCs, a qual não leva em conta o acúmulo de conhecimento construído por professores e estudantes em muitos anos de dedicação. Ao impor o "novo regulamento" fica patente não apenas o autoritarismo do NDE, a sua obsessão burocrática, o seu desrespeito ao processo democrático e coletivo, mas também mais um passo no terreno da delimitação de espaços para uma determinada casta acadêmica, por meio de definições do que pode e quem pode orientar o TCC.

Na melhor das intenções é mais uma reserva cartorial para a "instância superior do saber". Mas se levarmos em considera-

ção a existência de uma segunda intenção de má fé, pode-se depreender que a reserva em questão está sendo devidamente preparada para amigos e parceiros da mesma corriola ou seita pirata. Essa prática já aconteceu na antiga Comfil, atual Faficla, em processos de seleção marcados pela fraude e sem o menor compromisso ético.

Transformação

O curso de Jornalismo da PUC-SP nasceu com uma proposta muito clara, original e bem pensada para ocupar um espaço no ensino superior do Jornalismo não preenchido pelos cursos existentes na época. Na proposta da PUC-SP, em 1978, jornalistas profissionais em atividade assumiriam as funções docentes e deveriam conviver, em diálogo permanente, com estudiosos do Jornalismo dedicados à vida acadêmica, no ensino, pesquisa e extensão universitárias. Essa proposta pegou, deu certo, transformou o curso de Jornalismo da PUC-SP em um curso reconhecido nacionalmente - tanto pelas instituições de ensino quanto pelos diferentes campos de atuação da atividade jornalística.

O centro da proposta é um só: o conhecimento dos jornalistas profissionais que vivem o dia a dia da profissão, que conhecem as redações, que conhecem o fazer jornalístico, vale tanto quanto o conhecimento acadêmico, teórico, de todos aqueles que têm uma visão de fora do Jornalismo, uma visão idealizada e crítica da atividade profissional do Jornalista. O curso da PUC-SP, com sua visão humanista, deveria formar um novo jornalista para a sociedade brasileira, que não fosse um teórico distanciado da vida profissional e nem fosse um técnico desprovido de fundamentação teórica e de visão crítica. Quando o curso foi pensado, a Igreja Católica e a Universidade estavam empenhadas em formar cidadãos e cidadãs com aspiração transformadora - não apenas no Jornalismo, mas em todas as áreas profissionais.

Esse projeto do curso de Jornalismo está sendo destruído ra-

pidamente pela visão equivocada dos dirigentes da PUC-SP, que, de um lado colocam a Universidade numa aventura elitista (anuidades mais caras para uma classe média alta que tem outras opções no "mercado"), que exclui e segregava setores médios da classe média e os pobres em geral, e, de outro lado, desmontam internamente o equilíbrio entre professores-jornalistas profissionais e professores-acadêmicos, de tal maneira que o que sobrar do curso será apenas a visão idealizada do Jornalismo, transmitida por professores que nunca pisaram numa redação de jornal, revista, TV, rádio e Internet. É evidente que essa visão capenga não garante a formação de bons jornalistas para a sociedade brasileira, pelo menos não mais como estava previsto no projeto original do curso.

Estrutura

Mais um sinal da crise vivida pelo curso de Jornalismo (que a chefia do Departamento e a Coordenação do Curso acordem para isso!) é a fragmentação das instalações do curso, que está espalhado em vários prédios e andares diferentes, e o total sucateamento dos laboratórios e equipamentos mínimos para a formação de jornalistas profissionais. O curso precisa de espaço próprio, com boas salas de aula, bons laboratórios, salas de acervo, de coordenação e do Departamento, de tal maneira que a infraestrutura possibilite melhorar o trabalho do professor, a comunicação interna entre professores e estudantes e reative o espírito de dedicação coletiva em busca do conhecimento.

O curso precisa - urgentemente - de laboratórios dotados de equipamentos atualizados tecnologicamente, já que boa parte do processo ensino-aprendizagem ocorre nos espaços laboratoriais, conforme está previsto nas diretrizes e exigências do MEC, e conforme acontece nos melhores cursos de Jornalismo do mundo. Os problemas atuais nos laboratórios - especialmente no de vídeo e TV - apenas revelam o grande descalço da PUC-SP com um curso ainda considerado entre os mais

conceituados do Brasil.

Enfim, a crise do Jornalismo não é a cobrança do MEC sobre a nota do Enade, já que seja qual for a nota do Enade os problemas do curso precisam ser entendidos e enfrentados. A crise do curso não é a exigência de um regulamento do TCC, já que antes do regulamento do TCC o curso precisa assegurar que os alunos tenham bons laboratórios para a elaboração (produção) dos seus TCCs. A crise do curso não está na resolução da Reitoria que impede os professores aceitar alunos que não estejam devidamente matriculados (e financeiramente em dia) na Universidade, mas no fato de que o curso não deveria perder alunos e, ao contrário, deveria ser acessível a um número bem maior de alunos dos vários segmentos sociais e econômicos.

É preciso, pois, recolocar os fatores da crise do Jornalismo nos seus respectivos lugares, entender o que causa dano real e o que é apenas firula. Cabe aos professores e alunos do Jornalismo resistir ao plano de destruição do curso, enfrentar e superar os problemas que estão desarticulando o projeto que transformou o Jornalismo da PUC-SP num dos melhores cursos do Brasil. Não vamos nos render aos males do mercantilismo, do elitismo, da delinquência acadêmica e da segregação. O curso de Jornalismo da PUC-SP tem um papel relevante para a sociedade brasileira.

Finalmente, para concluir, vale registrar duas observações:

Primeira - Do jeito que as coisas vão, só mesmo o Papa Francisco pode salvar a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Que o espírito cristão o ilumine!

Segunda - Quanto às toupeiras, todo caboclo sabe que são mamíferos inofensivos que gostam de viver em tocas, habitam a América do Norte, Europa e Ásia. No Brasil não existem toupeiras, ao menos na natureza.

Hamilton Octavio de Souza é jornalista profissional desde 1972 e professor do curso de Jornalismo da PUC-SP desde 1982

GAUCHE NA VIDA

Entrevista com Bia Abramides sobre o livro "Lutadoras", do coletivo Pão e Rosas

O livro "Lutadoras: histórias de mulheres que fizeram história" foi lançado na PUC-SP, em 2009, com presença de mais de 150 estudantes, trabalhadores, trabalhadoras e professores da universidade. A mesa contou com as professoras Maria Beatriz Costa Abramides e Vera Vieira, e as organizadoras do livro Andrea D'Atri e Diana Assunção. Entrevistamos Maria Beatriz Costa Abramides, professora da Faculdade de Serviço Social da PUC-SP, que participou do lançamento do livro, atividade apoiada pela APROPUC, entidade da qual é diretora.

Qual a importância do livro "Lutadoras"?

O livro "Lutadoras" foi lançado primeiramente em espanhol na Argentina, em 2006, pelas edições IPS - Instituto do Pensamento Socialista, tendo sido organizado por Andrea D'Atri. Em 2009 foi lançado no Brasil sua versão pelas Edições ISKRA, acrescido do anexo referente às mulheres no ascenso do movimento operário de 1978 a 1980 e tem como organizadoras do livro Andrea D'Atri e Diana Assunção.

As organizadoras são militantes revolucionárias no movimento de mulheres trabalhadoras da Argentina e do Brasil. Andrea D'Atri publicou em 2004 na Argentina e no Brasil e, em 2008, também pela ISKRA, o livro "Pão e Rosas - Identidade de gênero e antagonismo de classe no capitalismo". Nesse livro a opressão das mulheres se insere na história

da luta de classes sob orientação teórica marxista, posição assumida pelas mulheres na luta contra a exploração e opressão capitalista. Andrea é uma das fundadoras do agrupamento Pão e Rosas na Argentina e militante do PTS - Partido dos Trabalhadores Socialistas. Diana Assunção é uma jovem estudante de História da PUC-SP, uma das fundadoras do grupo Pão e Rosas no Brasil, responsável pela Coleção Mulher das Edições ISKRA e militante da Liga Estratégia Revolucionária.

O livro "Lutadoras" tem um significado histórico para mulheres e homens que lutam por uma sociedade sem exploração de classe e qualquer tipo de opressão social, de gênero, etnia, orientação sexual. O livro trata-se sobre a história de mulheres lutadoras que fizeram história escrito por mulheres lutadoras que fazem história. Escrito a muitas mãos, "Lutadoras" é resultado de uma pesquisa realizada por mulheres no Brasil, Argentina, Chile, México, sendo respectivamente: Andrea D'Atri, Diana Assunção, Bárbara Funes, Ana Tosato, Ana López, Jimena Mendoza, Celeste Murillo, Marina Fuser, Virginia Andrea Peña, Adela Reck, Malena Vidal, Gabriela Vîno.

Trata-se de uma produção coletiva, no sentido exato do termo, construído em uma mesma direção teórica no âmbito do materialismo histórico-dialético, em direção ao socialismo. Isso faz com que de forma viva e emocionante nos deparemos com as lições das militantes apresentadas neste livro em diferentes momentos da história do capitalismo, e todas elas em frentes a lutas e combates na perspectiva de

uma sociedade sem exploração e opressão.

O Livro está organizado em Mulheres Pioneiras: Flora Tristhan e Louise Michell; Internacionais: Rosa Luxemburgo e Clara Zetkin; Rebeldes: Carmela Jeria, Lucrecia Toriz e Marcia Cano; Combativas: Marvel Scholl e Clara Dunne e Genora Johnson Dollinger; Vermelhas: Natalia Sedova, Pen Li Lan, Mika Etchebéhere. Indomáveis: Nadehza Joffe, Edith Bonne e Patricia Galvão. O livro consta de 325 páginas de histórias de mulheres rebeldes e revolucionárias que lutaram pela causa da luta operária, tendo como fio condutor a questão da mulher do ponto de vista da classe.

Qual o significado do lançamento de Lutadoras num momento de crise capitalista?

A crise do capitalismo, a partir de 2008, já é considerada a maior crise desde 1929. Trata-se de uma crise estrutural de superprodução, com alta queda nas taxas de lucro em que os governos capitalistas, em uma perspectiva salvacionista, depositam estrondosa quantia de dinheiro público nas mãos de empresários e banqueiros.

A consequência é ampliação da barbárie, com aumento do desemprego, demissões em massa, intensificação da precarização do trabalho, redução de postos de trabalho, destruição de direitos sociais (saúde, educação, previdência) e trabalhistas. A resposta do Capital a sua crise de superprodução amplia ainda mais a superexploração da classe trabalhadora, incidindo fortemente sobre a mulher trabalhadora. Historicamente no interior da classe trabalhadora,

a mulher tem sido a mais explorada, com trabalho igual para salário desigual, trabalho polivalente, dupla jornada de trabalho, ritmo acelerado de trabalho, ampliando a mais valia absoluta pelo trabalho feminino que produz em alguns setores, em menor tempo, em maior quantidade a mercadoria, por menores salários. O momento atual da conjuntura internacional e latino-americana abre a possibilidade de ampliação da luta de classes, e o marxismo revolucionário e as lições das mulheres revolucionárias na história nos auxiliam para as lutas históricas necessárias à conquista do projeto de emancipação humana.

Porque é importante que "Lutadoras" chegue cada vez mais às mulheres?

Porque aprendemos com a história de lutas dessas mulheres na história da humanidade, no combate ao capitalismo. A lógica do capital se opõe ao processo de emancipação da classe e somente com o fim das classes, da propriedade privada dos meios de produção, com o fim do capitalismo é possível conquistar uma sociedade igualitária dos indivíduos sociais - a emancipação humana. A perspectiva revolucionária tem centralidade neste momento histórico mundial e as mulheres, do ponto de vista da classe, jogam um papel fundamental neste processo, posto que não haja emancipação das oprimidas e oprimidos se não for lutando pelo fim da exploração capitalista e pela revolução socialista. O livro "Lutadoras"

continua na próxima página

continuação da página anterior

pode ser um excelente instrumento para o combate teórico e político e de ânimo para a juventude tão fundamental para as frentes revolucionárias.

O que acha da necessidade de organização das mulheres na luta por seus direitos?

A luta das mulheres trabalhadoras, operárias é histórica. A dominação e opressão das mulheres se inicia antes mesmo do capitalismo, e desde sempre justificam-se suas lutas. Até porque a história da humanidade tem sido a história da dominação de classes e, portanto, da luta de classes.

Porém, no capitalismo a dominação de classes se dá pela exploração da força de trabalho humano, de uma classe sobre a outra. A burguesia se apropria da riqueza socialmente produzida pelo proletariado. Assim a luta pelo fim da opressão de gênero não pode estar desvinculada da luta pelo fim da opressão de classe.

É claro que a luta das mulheres deve ser tratada do ponto de vista das lutas imediatas como salário igual para trabalho igual, direitos democráticos, como o direito ao aborto. Mas as autoras insistem, e estou de acordo com elas, de que é fundamental que a "a classe operária, começando por suas mulheres, integre a questão de sua emancipação em seu programa revolucionário" (D'Atri e Assunção, 2008:20).

Nesta sessão, apresentamos pequenos textos críticos acerca das várias dimensões da vida humana. Se você tiver contribuições (no máximo 5.000 caracteres com espaços), mande ver.

Entidades assinam manifesto contra violência no Alemão

Após a divulgação das imagens de Cláudia Ferreira da Silva, moradora do morro do Congonha, em Madureira, sendo arrastada no asfalto carioca quando já estava baleada por uma viatura de policiais militares do Rio de Janeiro, o tema da violência estatal voltou às manchetes da mídia em geral e, mais importante, gerou revolta por parte da população mais afetada pela violência estatal: moradores dos morros, favelas e periferias brasileiras.

No Rio de Janeiro, assim como em demais capitais brasileiras, a violência policial é um fato irrefutável. Com isso, mais de 90 entidades da sociedade civil, com foco no complexo de favelas do Alemão, ocupado por Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) há três anos, divulgaram um manifesto em que denunciam a morte de jovens das favelas pelo braço de policiais, o desrespeito aos direitos humanos, sociais e civis mais básicos, a ausência de mandados de busca e apreensão para entrar na casa dos cidadãos e a falência do discurso de "pacificação" armada.

"Sem escola não há pacificação, sem saúde não há pacificação, sem saneamento básico não há pacificação, sem lazer não há pacificação. O símbolo da paz no Rio de Janeiro não pode ser as armas, a pistola, o fuzil e os blindados", diz o manifesto. E continua: "É possível perceber que só a presença da polícia nos territórios

os ocupados não tem trazido a paz. Existem vários casos de favelas com UPP de abuso de poder, arbitrariedades e desaparecidos, como é o caso de Amarildo, na Rocinha, e de jovens assassinados por policiais. Nesta política não podemos deixar de citar os policiais mortos na ação suicida do Estado. Não aceitamos essas mortes, nenhuma vida vale mais que a outra e é preciso que o Estado se responsabilize. Afinal qual é a paz que queremos promover? A paz bélica? A paz militarizada?"

Já sobre o papel que a grande mídia cumpre nesse processo, "mais uma vez tem sido uma ferramenta de criminalização dos movimentos populares e da favela. Repudiamos totalmente a forma com que os meios de comunicação têm promovido a cobertura da ação da polícia no Complexo do Alemão e em outras favelas. Entendemos que o morador de favela não pode ser visto como um inimigo. O governo diz que as favelas estão pacificadas, mas então porque tanta arma ostentada pela polícia?"

Intitulado "Queremos ser felizes e andar tranquilamente na favela em que nascemos", o manifesto pode ser encontrado, assinado e compartilhado na Internet. Com ele, mais uma vez fica evidente o legado ditatorial da nossa polícia e o papel repressor cumprido historicamente pelo Estado brasileiro.

Grupos realizam ato pelo direito de manifestar-se

Na quinta-feira, 20/3, movimentos políticos e coletivos culturais realizaram um protesto no Teatro Oficina Uzona Uzyna, em São Paulo, contra a repressão à liberdade de manifestação e de opinião.

Com o mote "Manifestar-se é um direito", o ato juntou mais de 300 pessoas, com nomes de peso

como o dramaturgo Zé Celso, o jornalista e professor da PUC-SP Leonardo Sakamoto, o rapper Max B.O., o músico DiMelo, o cartunista Laerte e o senador Eduardo Suplicy. Além de meios de comunicação alternativos, como a Mídia Ninja e a Revista Vaidapé, composto também por estudantes do curso de jornalismo da Pontifícia.

Exploração sexual de mulheres em debate

O Centro de Defesa e de Convivência da Mulher está organizando um seminário sobre tráfico e a exploração sexual de mulheres.

O evento terá como proposta, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, proporcionar uma discussão e reflexão multidisciplinar em conjunto com a sociedade civil organizada e os movimentos sociais sobre o assunto - que ganha maior repercussão, inclusive, com a aproximação da Copa do Mundo, megaevento cuja realização historicamente aumenta a demanda de prostituição nos países sede.

Nos seminários estarão presentes a professora de Serviço Social, Tânia Teixeira de Souza, e o professor de Direito, Dimitri Nascimento Sales, ambos com experiência de atuação na defesa dos direitos humanos e das mulheres prostituídas e violentadas.

O seminário, organizado pelo Instituto Santa Lúcia e pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, acontecerá no dia 26/3, quarta-feira, das 9h30 às 12h, na Biblioteca Cora Carolina (rua Otelo Augusto Ribeiro, 113, em Guainazes).

Para outras informações, ligue para (11) 2557-5646.

Durante o debate, como já se esperava, o assunto mais discutido foi a repressão estatal violenta, concretizada nas ações policiais nas manifestações, mas passando por temas relacionados à cultura e à comunicação, que são áreas que lidam frequentemente com o cerceamento dos direitos e liberdades de expressão e manifestação.

ROLA NA RAMPA

Em assembleia, funcionários discutem acordo interno, quinquênio e dissídio

Na terça-feira, 18/3, os funcionários administrativos da PUC-SP lotaram a sala 100, no primeiro andar do prédio novo, para discutir um importante agenda para a categoria: o acordo interno, o quinquênio e o dissídio com a Fundação São Paulo, mantenedora da instituição.

Na discussão sobre o acordo interno, a AFA-PUC deu os informes do diálogo entre a associação e a Fundação, e os trabalhadores debateram acerca de temas como as bolsas para o pós, que a Fundação exige que sejam em áreas correlatas ao campo de trabalho de cada funcionário, o que pode impedir uma grande maioria de não ter acesso ao pós; o vale-alimentação do restaurante universitário e uma cesta básica de R\$ 120,00, reajustada anualmente conforme a taxa de aumento das mensalidades.

Já o dissídio, que é a data-base para recomposição salarial das perdas inflacionárias, ficou estipulado em 6,37.



ROBERTO OLIVEIRA

Funcionários acompanham assembleia da entidade

Outra discussão importante na assembleia foi sobre o quinquênio, que a Fundação São Paulo reconheceu que tem que pagar, após derrota judicial, e ficou de fazer uma proposta à AFAPUC após discussão na mantenedora.

No intuito de dar continuidade à negociação com a Fundasp sobre o valor exato do quinquênio, mas com a participação da categoria nas decisões da associação, a AFAPUC convocou uma nova assembleia, novamente na sala 100, nessa quarta-feira, 26/3. "Nosso papel enquanto sindicato é representar a categoria na

conversa com a Fundação, mas a partir das decisões que são tomadas por todos nós que fazemos parte dela", afirmou Francisco Cristóvão, presidente da AFAPUC. Assim como na assembleia da semana passada, espera-se uma boa participação dos funcionários administrativos da PUC-SP no encontro dessa semana, uma vez que o quinquênio é um dos assuntos mais comentados pelos corredores da universidade hoje, até mesmo porque é um tema que já se perdura por mais de uma década.

Reajuste para os professores do ensino superior é de 6,37%

O salário de março dos professores do ensino superior deverá ser reajustado em 6,37%. O índice corresponde ao aumento real de 1% e reposição integral da inflação acumulada entre março de 2013 e fevereiro de 2014, calculada pela média aritmética dos indicadores - ICV-DIEESE, INPC-IBGE e IPC-FIPE. Além do reajuste de 6,37% em março, os professores terão Participação nos Lucros ou Resultados de

24%, que as mantenedoras têm até 15 de outubro para pagar. É a primeira vez que o ensino superior conquista a PLR, marcando uma importante vitória da categoria. A base de cálculo do reajuste 2014 já estava definida na convenção coletiva assinada no ano passado (com validade até fevereiro de ano que vem). O reajuste salarial de 6,37% deve ser aplicado sobre os salários de março de 2013.

Seminário debate guerra às drogas

Nos dias 27/3 e 3/4, acontecerão os últimos dias do seminário "Guerra às drogas: usos e abusos", promovido pelo NEPEDH/PUC (Núcleo de Estudos e Pesquisa em Ética e Direito Humanos), coordenado pelas professoras Maria Lúcia Silva Barroco e Cristina Maria Brites. As palestras ocorrerão no auditório 100 do campus Monte Alegre.

Revistas da APROPUC discutem 50 anos do Golpe

As próximas revistas da APROPUC discutirão os 50 anos do golpe de 64, no caso da *Revista PUCviva* e como o golpe influenciou nos destinos das artes e da cultura brasileira, no caso da *Cultura Crítica*. Os artigos devem ser encaminhados para o email apropuc@uol.com.br até 31/03/14, com um mínimo de 20.000 até 40.000 caracteres, autor, filiação institucional, breve biodata e telefone e email para contatos.

Desde a semana passada, a última edição da *Revista PUCviva*, com tema *Para onde vai o Brasil?*, pode ser retirada na sede da APROPUC, Rua Bartira, 407.

Pastoral e PUC Jr levam crianças ao Instituto Butantã

A PUC Júnior Consultoria (FEA) e a Pastoral Universitária levaram ao Instituto Butantã 20 crianças e dois educadores da creche São Domingos, pertencente à comunidade da Favela do Moinho, no dia 13/3. O evento "Pequeno Biólogo" pretende proporcionar a jovens de escola pública um dia diferente, além de explorar o que é ensinado nas salas de aula. No passeio, as crianças conheceram equipamentos, painéis e modelos de microrganismos de maneira interativa no Museu de Microbiologia, e visitaram também o Museu Biológico, onde puderam saber mais sobre a diversidade de répteis, anfíbios e artrópodes, com destaque para aqueles que podem causar acidentes.